



## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR NA ERA DIGITAL

*Brief considerations on the historian's craft in the digital age*

*Breves consideraciones sobre el oficio del historiador en la era digital*

Letícia Berloff Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo examina, de forma preliminar, os desafios que permeiam o ofício do historiador na era digital, articulando análises apoiadas em contribuições de relevantes referências teóricas e bibliográficas. Frente à proliferação de narrativas sobre o passado nas redes sociais, ganham relevo a crítica documental, a interdisciplinaridade e a História Imediata. Nesse cenário, impõe-se o rigor metodológico na análise das fontes digitais, entendidas como construções discursivas atravessadas por disputas simbólicas e representações sociais. Conclui-se pela necessidade de uma atuação historiográfica crítica, ética e comprometida com as complexidades do tempo presente.

**Palavras-chave:** História Digital. Representações Sociais. História Imediata.

**Abstract:** The article provides a preliminary examination of the challenges surrounding the historian's craft in the digital era, articulating analyses grounded in contributions from significant theoretical and bibliographical references. In light of the proliferation of narratives about the past on social media, documentary criticism, interdisciplinarity, and Immediate History gain prominence. In this context, methodological rigor becomes imperative in the analysis of digital sources, understood as discursive constructions permeated by symbolic disputes and social representations. The study concludes by emphasizing the need for a historiographical practice that is critical, ethical, and committed to the complexities of the present time.

**Keywords:** Digital History. Social Representations. Immediate History.

**Resumen:** El artículo examina, de manera preliminar, los desafíos que atraviesan el oficio del historiador en la era digital, articulando análisis sustentados en aportes de relevantes referencias teóricas y bibliográficas. Ante la proliferación de narrativas sobre el pasado en las redes sociales, adquieren relevancia la crítica documental, la interdisciplinariedad y la Historia

---

<sup>1</sup> Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFGD (2014), na área de concentração História, Região e Identidades. Atualmente, é doutoranda em História na mesma instituição, vinculada à linha de pesquisa Sociedade, Política e Representações. E-mail: leticia.rodrigues028@academico.ufgd.edu.br; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7915209057909508>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7661-3530>.

Inmediata. En este contexto, se impone el rigor metodológico en el análisis de las fuentes digitales, entendidas como construcciones discursivas atravesadas por disputas simbólicas y representaciones sociales. Se concluye con la necesidad de una práctica historiográfica crítica, ética y comprometida con las complejidades del tiempo presente.

**Palabras clave:** Historia Digital. Representaciones Sociales. Historia Inmediata.

## Introdução

O presente artigo propõe uma breve reflexão preliminar sobre os desafios contemporâneos do ofício do historiador diante das transformações sociotécnicas que caracterizam a chamada era digital<sup>2</sup>. Esse cenário, marcado por rápidas inovações tecnológicas e por mudanças significativas nas formas de produção e circulação da informação, confere nova dimensão ao trabalho historiográfico. A temática ganha especial relevância à medida que as narrativas sobre o passado ultrapassam os muros da academia e se espalham por múltiplas plataformas digitais, muitas vezes carentes de rigor metodológico e de respaldo científico. É nesse horizonte de possibilidades e tensões que se insere o objeto desta análise: a atuação historiográfica frente à profusão de discursos informacionais, com atenção particular à emergência da História Imediata como campo fértil de problematização e intervenção.

Tal escolha não é fortuita. Resulta da urgência em compreender o papel do historiador profissional em meio à intensificação das disputas por sentidos no espaço público digital, onde versões do passado são frequentemente mobilizadas para atender a interesses políticos, ideológicos ou mercadológicos. Nesse contexto, a pergunta que orienta este estudo se torna inevitável: de que maneira o historiador pode exercer seu ofício de modo crítico e ético diante de um ambiente comunicacional fragmentado, veloz e permeado por desinformação?

Para responder a essa questão, o objetivo central delineado é analisar as implicações epistemológicas, metodológicas e éticas da prática histórica na era digital, tomando como referência as contribuições de Marc Bloch<sup>3</sup> e Jurandir Malerba<sup>4</sup>, representantes de diferentes

---

<sup>2</sup> O termo *transformações sociotécnicas* refere-se às mudanças interdependentes que ocorrem simultaneamente no âmbito social e tecnológico, envolvendo inovações técnicas, reorganizações institucionais, reconfigurações culturais e novas práticas sociais. Sobre isso, ver: GEELS, Frank W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. *Research Policy*, v. 31, n. 8-9, p. 1257–1274, 2002.

<sup>3</sup> Marc Bloch (1886–1944) foi um dos fundadores da Escola dos Annales e figura central na renovação metodológica da História no século XX. Em obras como *Apologia da História ou o ofício do historiador* (2001), defendeu a análise crítica das fontes e a aproximação interdisciplinar como fundamentos do trabalho histórico, concebendo o historiador como intérprete da complexidade social e das continuidades temporais.

<sup>4</sup> Jurandir Malerba é professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador do CNPq. Autor de obras como *A história escrita: teoria e história da historiografia* (2006) e *História &*

contextos historiográficos. A escolha desses autores justifica-se pelo caráter complementar de suas abordagens: Bloch, ao fundar uma concepção de história pautada na crítica das fontes e na compreensão empática dos sujeitos do passado, oferece as bases epistemológicas para repensar a crítica documental em tempos de virtualização das evidências; Malerba, por sua vez, ao refletir sobre a escrita da história no presente e sobre a inserção pública do historiador, fornece instrumentos teóricos para problematizar as mediações contemporâneas e os desafios éticos da História Digital. Assim, parte-se da hipótese de que a historiografia, para preservar sua legitimidade social e científica, precisa reposicionar-se frente às novas formas de mediação do saber histórico, ampliando o diálogo com públicos não especializados, mas sem abrir mão da crítica documental e do rigor analítico que lhe são próprios.

Essa reflexão é sustentada por uma abordagem qualitativa de caráter teórico-reflexivo, ancorada na análise bibliográfica e na revisão crítica da produção recente sobre História Digital, representações sociais e História do Tempo Presente. Ao longo desse percurso, são mobilizadas contribuições da micro-história, da interdisciplinaridade e dos estudos sobre memória e discurso, com o intuito de oferecer uma leitura sintética e integrada dos desafios que se impõem à prática historiográfica na contemporaneidade.

No âmbito das discussões historiográficas contemporâneas, Eric Brasil<sup>5</sup> e Tiago Gil<sup>6</sup> têm se destacado por propor uma inflexão teórica que concebe o digital como uma categoria de análise histórica, e não apenas como instrumento técnico. Suas reflexões, inseridas no diálogo entre a História do Tempo Presente e a cultura digital, evidenciam o surgimento de uma nova racionalidade historiográfica, na qual dados, algoritmos e narrativas se entrelaçam na produção do conhecimento. Nesse horizonte, como apontam Brasil (2020) e Gil (2021), a História Digital ultrapassa o nível da simples digitalização de acervos ou da difusão de conteúdos em mídias eletrônicas, configurando-se como um campo de experimentação metodológica que integra as

---

*historiadores: teoria, método e historiografia* (2018), tem se destacado por suas reflexões sobre a epistemologia da História e sobre os desafios contemporâneos da narrativa historiográfica. Ver: MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. MALERBA, Jurandir. **História & historiadores: teoria, método e historiografia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

<sup>5</sup> Eric Brasil é professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e atua na interface entre História Pública, ensino de História e tecnologias digitais, contribuindo para o debate sobre a constituição e os desafios epistemológicos da chamada História Digital no Brasil.

<sup>6</sup> Tiago Gil é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pesquisador nas áreas de História do Tempo Presente e Humanidades Digitais, com destaque para seus estudos sobre práticas historiográficas e cultura digital.

tecnologias digitais ao próprio fazer historiográfico e exige formas renovadas de coleta, tratamento e interpretação das fontes.

O digital, portanto, deixa de ser mero espaço de circulação do saber histórico e assume o estatuto de ambiente epistemológico, no qual as infraestruturas de dados e as ferramentas computacionais participam ativamente da construção da narrativa histórica. Nessa perspectiva, a interlocução entre as contribuições de Bloch e Malerba não são evocadas apenas como fundamentos teóricos, mas como mediação entre a tradição crítica da disciplina e as demandas éticas e comunicacionais da era digital, favorecendo a articulação entre o rigor da análise e a intervenção reflexiva do historiador no presente.

Ao cabo dessa investigação, evidencia-se que o historiador é hoje convocado, com mais intensidade do que nunca, a exercer uma postura de consciência crítica diante das fontes digitais. Estas devem ser entendidas não como registros neutros, mas como construções discursivas atravessadas por disputas simbólicas, ideológicas e afetivas. Os resultados apontam para a necessidade de reconfiguração das práticas historiográficas, orientando-as para a construção de narrativas que preservem a pluralidade interpretativa, a ética intelectual e a complexidade que caracterizam o tempo presente.

### **Do analógico ao digital: novos paradigmas do trabalho do historiador**

“- Papai, então me explica para que serve a história”?, é a indagação pueril que introduz uma reflexão lúcida a respeito do ofício do historiador no final do século XX. March Bloch, ainda que em condições adversas, elaborou meticulosamente suas interpretações acerca da história dos homens no tempo e pelas mãos do amigo Lucien Febvre tem seus escritos publicados, em 1949, com o título “*Apologia da história ou o ofício de historiador*”. De modo irônico, a inocente interrogação do pequeno Etienne, converteu-se no núcleo de uma problemática que permanece atual: o ofício do historiador compete àqueles que não se conformam com as versões sedimentadas, mas se inquietam diante das múltiplas narrativas que atravessam o tempo.

A relação indissociável entre a ciência e os caminhos que precisam ser estabelecidos para alterar a realidade social é apresentada por este autor como a grande problematização de sua obra, quase um século depois historiadores profissionais ainda buscam responder tal questionamento, considerando as intempéries próprias do tempo presente. Nesse sentido, entendemos que o conhecimento histórico não produz regras, mas abrolha reflexões rigorosas

a partir do que não se repete, dessa forma, as perguntas do presente dialogam com as fontes do passado, respeitando suas especificidades. Ao historiador cabe a sensível tarefa de lidar com a diversidade, analisar cada objeto a partir da temporalidade que o envolve, seja de curta ou longa duração.

O historiador deve aprender a ler o mundo como um texto: sinais dispersos, vestígios quase imperceptíveis, fragmentos que, combinados, oferecem um sentido. Trata-se de um método indiciário, em que cada indício, por si só insignificante, adquire relevância apenas no contexto do conjunto. A leitura desses indícios exige paciência, atenção aos detalhes e uma sensibilidade capaz de perceber relações sutis entre elementos aparentemente desconexos (Ginzburg, 1989, p. 59).

É nesse ponto que se torna evidente a pertinência do olhar atento aos detalhes, aos sinais que Carlo Ginzburg (1989) identificou como paradigma indiciário do campo investigativo. Por meio dessa perspectiva, torna-se possível compreender o passado a partir das evidências que emergem no presente. Trata-se de uma técnica refinada pela interdisciplinaridade, na medida em que outras ciências oferecem instrumentos ao ofício histórico. Se os documentos não falam por si e precisam ser interrogados para que se convertam em versões possíveis da história, o encontro com a poesia, com a arqueologia, dentre tantas outras áreas de estudos, pode enriquecer o repertório de questionamentos dirigidos às fontes. Entre a fuga da narrativa acrítica e o risco da análise anacrônica, a crítica documental se revela como a chave do conhecimento histórico, sobretudo quando circunscritas nas relações de poder envoltas nos equívocos intencionais e no emaranhado de notícias falsas, prática antiga, mas que se atualiza na contemporaneidade sob a designação de *fakes news*<sup>7</sup>.

Nesse sentido, cabe observar que o deslocamento do paradigma indiciário para o ambiente digital não implica apenas a adaptação de técnicas investigativas, mas também a redefinição da própria noção de indício em meio a uma sobrecarga informacional. No ciberespaço, a materialidade documental é fluida, sujeita a modificações instantâneas, desaparecimento ou replicação em massa, o que demanda do historiador um conjunto renovado de estratégias de autenticação, rastreabilidade e crítica contextual. Nesse cenário, torna-se

---

<sup>7</sup> O conceito de *fake news* tem sido objeto de intenso debate no campo das Ciências Sociais e da Comunicação, não apenas como designação de notícias falsas, mas como categoria associada à produção deliberada de desinformação com vistas à manipulação da opinião pública. Ver mais em: WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

imprescindível que o historiador adote instrumentos técnicos específicos de crítica digital, capazes de garantir a autenticidade e a rastreabilidade das fontes virtuais. Entre esses recursos, destacam-se o uso de arquivos da *web* como a *Wayback Machine* ou o *Arquivo.pt* que permitem recuperar versões anteriores de páginas e documentos; a análise de metadados de arquivos digitais, útil para identificar data de criação, autoria e alterações subsequentes; e a aplicação de métodos netnográficos, que possibilitam acompanhar interações e dinâmicas discursivas em comunidades *online*, preservando o contexto de produção das informações. Essas ferramentas, ao integrarem-se à crítica documental tradicional, ampliam o repertório metodológico do historiador, permitindo uma leitura mais rigorosa e contextualizada dos vestígios digitais<sup>8</sup>. Assim, a leitura de vestígios se expande para um campo em que a prova histórica pode existir simultaneamente em múltiplas narrativas, exigindo maior rigor na confrontação das fontes.

Nesse horizonte, as reflexões de Eric Brasil (2020) são particularmente relevantes ao enfatizar que a transposição da pesquisa histórica para o meio digital não se resume à digitalização de acervos, mas implica a adoção de metodologias próprias, capazes de tratar os dados digitais como objetos complexos de análise. O autor propõe a História Digital como prática historiográfica, na qual o uso de ferramentas computacionais como bancos de dados, *softwares* de análise textual e repositórios colaborativos, não substitui a crítica documental, mas a amplia, permitindo novas formas de cruzamento e visualização das fontes. Assim, o digital deixa de ser apenas suporte e passa a constituir parte do próprio processo de investigação histórica, exigindo do historiador uma postura metodológica híbrida, que combine o rigor da crítica tradicional com a experimentação analítica própria das humanidades digitais.

Nesse contexto, o esforço do historiador foi e continua a ser incômodo, pois sua crítica evidencia as relações humanas, despertando suas intencionalidades e obscuridades, como em um jogo de escalas, partindo da noção operacionalizada por Ricouer (2007), que compreende essas relações em movimentos generalizados e desvios específicos.

É imperativo ressaltar que os debates em torno da história do tempo presente refletem o dinamismo que circunscreve as diferentes concepções atribuídas por historiadores e pesquisadores ao que seria, concomitantemente, uma metodologia e uma técnica. A pesquisa histórica confere ao procedimento de investigação um exercício de alteridade entre os sujeitos

---

<sup>8</sup> Sobre os desafios metodológicos envolvidos na verificação, autenticidade e crítica de fontes digitais, ver Daniel J. Cohen, um dos principais nomes da História Digital, cujas obras discutem a necessidade de incorporar procedimentos de validação, análise de metadados e preservação de registros digitais no trabalho do historiador. COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.



envolvidos que leva em conta a interdisciplinaridade, implicando reflexões nos estudos acerca da História Imediata.

Toda experiência histórica é atravessada por horizontes de expectativa; ela não se constrói apenas a partir do que já ocorreu, mas também do que se antevê como possível. Quando os horizontes se estreitam, como ocorre em contextos de informação seletiva e digital, as interpretações do passado tornam-se autorreferenciais, limitando a capacidade do historiador de produzir leituras plurais e críticas (Koselleck, 2006, p. 317).

Destarte, as problemáticas da história recente e contemporânea são inseridas na História Imediata, contemplando processos não acabados, que perpassam por constantes implicações e evoluções no presente, “onde o historiador atua imerso nos acontecimentos, sendo este tanto observador como testemunha do objeto em questão” (Jan Lacouture, 1990, p. 216). Além disso, cientes da problemática que envolve a variedade de fontes proporcionadas pela História Imediata, lembramos de Le Goff<sup>9</sup> que pontua o grande volume e diversidade de fontes, sem obter necessariamente a perspectiva de tempo pós-evento.

Assim, entendemos o desafio do historiador, que requer um movimento de autodistanciamento metodológico a fim de manter o rigor analítico da pesquisa. Dessa forma, o autor nos apresenta a seguinte contribuição:

O que espero dos historiadores da difícil história imediata [...], são quatro atitudes: ler o presente, o acontecimento, com profundidade histórica suficiente e pertinente; manifestar quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes; não se contentar em descrever e contar, mas esforçar-se para explicar; tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo, e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual todos os historiadores de ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam (Le Goff, p. 101-102, 1999).

Ao situar a História Imediata na era digital, é imprescindível considerar que o tempo de latência entre o acontecimento e sua narrativa foi drasticamente reduzido. Como destaca Hartog (2013), vivemos sob o presentismo, no qual a experiência histórica se ancora quase exclusivamente no tempo presente, enfraquecendo a mediação da longa duração e favorecendo uma relação imediata e emocional com o passado. Nesse cenário, a escrita da história corre o

---

<sup>9</sup> No contexto da Le Goff estabelece reflexões consideráveis acerca do papel e das dificuldades que o historiador que trabalha com o imediato enfrenta, pontuando apontamentos necessários para a validação da História Imediata.

risco de submeter-se à lógica da atualização permanente que caracteriza as plataformas digitais, comprometendo a profundidade analítica e a densidade interpretativa.

### **Fragmentação Algorítmica e a Esfera Pública Digital**

Essa aceleração temporal, descrita por Hartog (2013) como expressão do presentismo, contribui para a fragmentação das experiências históricas e para a reconfiguração da esfera pública digital. A redução do tempo de latência entre o acontecimento e sua narrativa favorece a formação de espaços comunicacionais filtrados por algoritmos, nos quais as interações se tornam progressivamente segmentadas. É nesse ponto que se torna pertinente mobilizar as reflexões de Habermas (1997) sobre a esfera pública e sua atual fragmentação sob a lógica das redes digitais.

A esfera pública constitui um espaço de discussão e debate racional, no qual os indivíduos podem confrontar opiniões, influenciar decisões políticas e formar juízos críticos coletivos. No entanto, quando os canais de comunicação são mediados por mecanismos algorítmicos, essa esfera se fragmenta, e o diálogo passa a ocorrer em bolhas, restringindo o acesso a informações divergentes e polarizando o debate público (Habermas, 1997, p. 42).

Nesse sentido, a partir da perspectiva do presente, torna-se possível analisar os acontecimentos da história recente com base em elementos que os delimitam, cuja configuração se estabelece em relações de interdependência. Ou seja, “pensando a partir da noção de operação historiadora que analisa a micro-história sem negligenciar a macro-história” (Ricoeur, 2007, p. 229). Assim, uma análise social ou cultural de determinado grupo contemporâneo, pressupõe considerar outros discursos com vozes ressoantes e dissonantes que podem auxiliar as devidas análises.

Autores como Pierre Nora (1984) já alertavam, ainda no contexto analógico, para a transformação dos regimes de memória e a proliferação dos *lieux de mémoire* em substituição às memórias vivas. No ambiente digital, como observa Pariser (2011), esses “lugares” não apenas se multiplicam exponencialmente, mas tornam-se marcados pela instabilidade, pela fluidez e pela interatividade, passando a ser mediados por algoritmos que privilegiam conteúdos de maior potencial de engajamento em detrimento da acurácia histórica. Essa lógica de visibilidade algorítmica implica uma nova camada de mediação cultural que o historiador não pode ignorar, pois condiciona quais versões do passado circulam, quais são esquecidas e quais são amplificadas.



Conscientes que a história também produz historiografia fora dos circuitos acadêmicos, o historiador Jurandir Malerba (2017) pontua o espaço das plataformas digitais nas bases de produção e difusão das narrativas sobre o passado. A internet passa a ser integrada como um importante meio difusor da ciência histórica ao mesmo tempo que exerce um grande poder de representação nas redes sociais. Por sua vez, espaços digitais como o *Instagram*<sup>10</sup> e *TikTok*<sup>11</sup>, muito utilizado por jovens e adolescentes, encorpam seus discursos e influenciam muitos outros.

Em levantamento realizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, que faz pesquisas sobre o uso de *internet* no país e divulgado em 16 de agosto de 2022 pelo site G1, o relatório de pesquisa identificou que 93% das crianças e dos adolescentes no Brasil usam a *internet*; Desses, 78% acessam redes sociais, mas apenas 38% postam texto, foto ou vídeo próprios (em teoria, as plataformas não aceitam usuários com menos de 13 anos); *WhatsApp* e *Instagram* são as redes sociais em que mais usuários têm perfis; Mas, o *TikTok* é o mais usado (apontado como a principal rede social por 34% dos usuários de *internet* entre 9 e 17 anos); Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm maiores índices de uso de *internet*; 32% dos usuários de *internet* de 11 a 17 anos buscaram apoio emocional na *internet*<sup>12</sup>.

Esses dados empíricos revelam a dimensão afetiva e social do ambiente digital, especialmente entre os jovens, e permitem refletir sobre as transformações no regime de historicidade contemporâneo. Plataformas como o *TikTok*, estruturadas em torno de narrativas visuais curtas e de forte apelo emocional, exemplificam o presentismo descrito por Hartog (2013), no qual o tempo histórico se contrai no instante do acontecimento. Essa lógica de consumo acelerado e fragmentado de informações reforça a necessidade de o historiador adaptar suas estratégias narrativas e comunicativas, aproximando-se das reflexões de Joutard (2013) sobre a História Pública como prática de escuta, diálogo e tradução simbólica. Assim, a

---

<sup>10</sup> O Instagram é uma rede social centrada na publicação de imagens e vídeos, que prioriza conteúdos que geram engajamento e visibilidade. Segundo Marwick (2015), essas plataformas não apenas mediam interações sociais, mas também moldam práticas de autoapresentação e circulação de discursos, influenciando percepções e comportamentos sociais. Sobre este assunto, conferir: MARWICK, Alice. **Status Update: Celebrity, Publicity, and Branding in the Social Media Age**. New Haven: Yale University Press, 2015.

<sup>11</sup> O TikTok constitui uma plataforma de vídeos curtos que combina algoritmos de recomendação sofisticados e tendências culturais, favorecendo a rápida viralização de conteúdos. Como destacam Burgess e Green (2018), tais espaços digitais produzem narrativas e discursos compartilhados, impactando a formação de identidades juvenis e a circulação de informações na contemporaneidade. BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *YouTube: Online Video and Participatory Culture*. Cambridge: Polity Press, 2018.

<sup>12</sup> Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/08/16/tiktok-e-a-principal-rede-social-utilizada-por-criancas-e-adolescentes-no-brasil-diz-pesquisa.ghml>. Acesso em: 12 jul. 2024.

presença massiva da juventude nas redes sociais não apenas redefine os espaços de memória e engajamento, mas também impõe novos desafios à mediação historiográfica no campo digital.

Nesse contexto, observa-se que cada usuário recebe conteúdos de forma personalizada, moldada pelos algoritmos de recomendação que analisam seu histórico de pesquisas e padrões de navegação. Uma publicação no *Facebook*, por exemplo, pode conduzir a um artigo, que direciona a um vídeo, o qual, por sua vez, remete a uma oferta de consumo, gerando um ciclo contínuo de exposição. Esse fenômeno contribui para a consolidação das chamadas bolhas de informação, nas quais os indivíduos tendem a ser predominantemente expostos a conteúdos que reiteram suas convicções prévias. No âmbito político, tal realidade redefine a posição do cidadão: ele não se limita mais à recepção passiva de notícias provenientes dos meios de comunicação tradicionais, mas dispõe de plataformas digitais que permitem expressão, deliberação e engajamento conforme os acontecimentos que afetam diretamente sua realidade. Esse contexto reforça um poder de interação e conectividade notável, capaz de gerar vínculos culturais e políticos nos espaços digitais, os quais podem ser compreendidos como extensões contemporâneas da esfera pública, tal como discutido por Habermas (1997)<sup>13</sup>, e analisados sob a perspectiva do engajamento cívico e das redes de comunicação globalizadas, conforme apontam Castells (2012) e Sunstein (2018)<sup>14</sup>.

Essa personalização algorítmica não apenas filtra a realidade contemporânea, mas também estabelece microclimas de memória e identidade, dando origem a verdadeiras “bolhas historiográficas”, nas quais determinados grupos passam a acessar e consumir interpretações particulares do passado. Como aponta Koselleck (2006), toda experiência histórica é atravessada por horizontes de expectativa, mas no contexto digital esses horizontes podem se tornar estreitos e autorreferenciais, reforçando narrativas seletivas que dificultam o exercício do contraditório e a construção de interpretações mais plurais.

Em suma, a fragmentação algorítmica desafia o historiador a compreender a esfera pública contemporânea não mais como um espaço de deliberação unitário, mas como um

---

<sup>13</sup> A noção de esfera pública digital remete à ideia de Habermas (1997) de um espaço de debate e deliberação racional entre cidadãos, adaptada às plataformas digitais contemporâneas, onde fluxos de informação, engajamento cívico e interação política são mediados por algoritmos e redes sociais.

<sup>14</sup> Castells (2012) enfatiza o papel das redes de comunicação em escala global, capazes de organizar movimentos e influenciar processos políticos, reforçando a importância das tecnologias na constituição de novos vínculos sociais. Já Sunstein (2018) analisa o fenômeno das bolhas de filtro e polarização digital, destacando como as preferências individuais e os algoritmos de recomendação tendem a restringir a exposição a informações heterogêneas, moldando comportamentos políticos no ambiente online.

conjunto de microesferas interativas, nas quais as narrativas históricas são continuamente moldadas por lógicas de visibilidade, engajamento e personalização.

### **História Pública e o desafio da mediação no ambiente digital**

A popularização do acesso à internet e seu amplo potencial comunicativo, como observa Hermes (2016), inaugura o que se convencionou denominar Era Digital, caracterizada por fluxos massivos e imediatos de informação. Essa configuração de espaço público apresenta, em princípio, um caráter participativo e democrático, permitindo que múltiplas vozes circulem, conforme evidenciam Sebastião, Pacheco e Santos (2012). Contudo, essa democratização acarreta desafios inéditos ao ofício do historiador, pois a internet favoreceu a emergência de agentes que, distantes dos parâmetros metodológicos e do rigor científico, propagam inverdades e construções distorcidas da realidade histórica, constituindo um autêntico estado paralelo de desorientação informacional. Conforme observa Nora,

Vivemos na era da aceleração da história, da democratização da memória, da sua explosão. As memórias proliferam, são consumidas e reinventadas, fazendo da história não mais um campo de certezas, mas um espaço de disputa incessante (Nora, 1993, p. 12).

Essa leitura evidencia que o terreno digital amplia o acesso ao passado, mas também o fragmenta, convertendo a memória em objeto de consumo e de constante reinvenção. Nessa perspectiva, a tarefa do historiador torna-se ainda mais complexa, pois exige a conjugação entre a leitura crítica das fontes e a análise do ecossistema digital<sup>15</sup>, onde os indícios do passado convivem com narrativas fragmentadas e algoritmicamente potencializadas.

Como ressalta Rosenzweig (2006), a internet não apenas expandiu o acesso ao passado, mas também alterou profundamente a natureza da mediação histórica, “mais pessoas estão agora produzindo e consumindo história do que em qualquer outro momento da história humana” (p. 3). Esse incremento quantitativo, entretanto, não assegura qualidade interpretativa,

---

<sup>15</sup> A expressão *ecossistema digital* é utilizada para designar o conjunto de interações entre sujeitos, plataformas, conteúdos e tecnologias que estruturam a comunicação em rede. Esse ecossistema é caracterizado pela convergência, pela participação ativa dos usuários e pela constante reconfiguração das formas de mediação cultural. Ver mais em: JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. *Cultura da Conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.

enfatizando a necessidade de o historiador atuar como mediador crítico, e não meramente como transmissor de informações.

Tiago Gil (2021) amplia essa discussão ao propor a noção de infraestruturas digitais da pesquisa histórica, que compreende os ambientes digitais, plataformas de dados, acervos em rede e sistemas colaborativos como parte integrante do processo de produção do conhecimento. Para o autor, compreender essas infraestruturas é fundamental para que o historiador exerça um olhar crítico sobre as mediações tecnológicas que condicionam tanto o acesso quanto a preservação das fontes. Essa perspectiva reforça a importância de uma historiografia consciente das condições materiais de circulação da informação no meio digital.

Dessa maneira, o ofício do historiador não pode ser reduzido a escritos memorialistas virtuais, reportagens jornalísticas ou narrativas descompromissadas com os métodos e procedimentos de investigação característicos do campo histórico. O protagonismo e a visibilidade conferidos pelas redes sociais não devem ser confundidos com processos interpretativos desprovidos de complexidade ou rigor científico. Os documentos digitais exigem problematização atenta às suas especificidades, devendo, como todos os registros históricos, ser desnaturalizados, classificados e organizados em séries para possibilitar uma análise crítica diacrônica das ideologias, representações e disputas de poder subjacentes.

No entanto, no ambiente digital, essa organização assume contornos particulares. A fluidez do *corpus* digital, constantemente remixado e atualizado em tempo real, desafia a noção tradicional de série documental. Um mesmo objeto, como um *post*, um vídeo ou um *thread* de comentários, pode apresentar múltiplas versões, reformulações e interações que alteram seu significado ao longo do tempo. Assim, a classificação das fontes digitais deve considerar não apenas o conteúdo estático, mas também o histórico de suas modificações, os circuitos de circulação e as camadas de interação que constituem sua materialidade social. Em outras palavras, arquivar o digital implica capturar processos, não apenas produtos.

Importa ressaltar que, no ambiente digital, os significados não permanecem fixos, pelo contrário, são continuamente reelaborados pelos usos e interações dos usuários. Nesse contexto, Joutard (2013) destaca que a História Pública requer “um compromisso com a negociação de sentidos, a escuta e a adaptação de linguagens” (p. 27), reconhecendo que toda mediação constitui, simultaneamente, um ato de tradução cultural e política, no qual o historiador desempenha papel central como agente de interpretação e legitimação do passado. Para o autor,

A História Pública não é simplesmente a vulgarização do saber acadêmico, mas uma prática que pressupõe diálogo, negociação de linguagens e a aceitação de que a história pertence a todos. É nesse encontro de perspectivas que se joga o futuro do ofício de historiador (Joutard, 2013, p. 29).

Sob tal perspectiva, torna-se fundamental compreender as produções e manifestações digitais como representações sociais. Essas, por sua vez, funcionam como instrumentos que permitem ao historiador “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p. 17). Quando observadas a partir da manifestação de sentidos, tais representações projetam a lógica dos discursos, das práticas sociais, da memória, das tradições e vivências de um indivíduo ou grupo.

Nesse sentido, a lógica discursiva das redes digitais aproxima-se do conceito de memória comunicativa proposto por Assmann (2011), caracterizada por sua curta duração e dependência de interações sociais imediatas. Como enfatiza a autora, “o presente se impõe sobre o passado, e a memória se constrói sob o signo da simultaneidade” (p. 37), o que impõe ao historiador o desafio de desenvolver estratégias narrativas capazes de dialogar com o ritmo acelerado do ambiente digital sem perder a densidade temporal e interpretativa da análise histórica.

Para enfrentar essas complexidades, os procedimentos de problematização das fontes digitais devem ser tão rigorosos quanto os aplicados a qualquer outro tipo de documento. Isso inclui a “busca de informações complementares sobre a origem e o contexto do registro, a tipologia da informação e a estrutura comunicativa em que ela se insere” (Brasil; Nascimento, 2019, p. 202), garantindo que a análise histórica preserve critérios de validade, relevância e crítica interpretativa.

Ao mesmo tempo, essa prática rigorosa dialoga com o conceito de *shared authority* (autoridade compartilhada) de Frisch (1990), que rompe com a ideia de monopólio interpretativo do historiador e reconhece que “o significado da história é sempre produzido no encontro entre narrador e audiência” (p. 23). No contexto digital, essa autoridade compartilhada torna-se ainda mais evidente, pois a audiência não é passiva, ela comenta, reinterpreta, remixa e redistribui conteúdos, influenciando diretamente a circulação e a construção das narrativas históricas.

Todavia, a noção de *shared authority* deve ser problematizada à luz do cenário contemporâneo de desinformação e manipulação de conteúdos. Se, por um lado, a audiência

digital assume papel ativo na reconstrução das narrativas históricas, por outro, tal participação pode favorecer a difusão de interpretações anacrônicas ou abertamente falsas, sobretudo quando mediadas por algoritmos que privilegiam o engajamento em detrimento da veracidade. Nesse contexto, a autoridade compartilhada precisa ser equilibrada por uma responsabilidade compartilhada, na qual o historiador atue como curador crítico, comprometido com a integridade epistemológica da história pública digital. Tal equilíbrio é indispensável para que a democratização do discurso histórico não se converta em sua banalização.

Diante desse cenário, a questão da historicidade, envolvendo historiadores, historiografia e audiência, revela-se dinâmica e sujeita a transformações constantes. Torna-se, portanto, imperativa a formulação de novas reflexões que considerem os desafios e as especificidades do presente, levando em conta as profundas mudanças sociais, tecnológicas e culturais que reconfiguram tanto a produção quanto a recepção da história.

Essa análise conecta-se diretamente à discussão sobre o papel do historiador frente a perguntas e expectativas múltiplas, evidenciando a necessidade de adaptação contínua às demandas contemporâneas. Se em *Apologia da História*, Bloch busca responder a pergunta feita pelo seu filho, com a finalidade de mostrar qual a verdadeira função do historiador, Malerba em seus debates atuais reforça que historiadores profissionais não podem se apegar as perguntas prontas, mas a infinidade de respostas. Para o contemporâneo brasileiro, “boas questões são aquelas que demoram a serem respondidas ou que geram muitas respostas”, ainda que o público não especializado almeje consumir uma narrativa ágil, permeada por justificativas consideradas úteis ao cotidiano social coletivo<sup>16</sup>, o autor é perspicaz ao pontuar que “a imensa demanda social por história no mundo atual teria como objeto não a história-conhecimento, a história como ciência, construída por historiadores acadêmicos, mas as narrativas sobre o passado de caráter popular” (Malerba, 2017, p.148).

A História Pública digital, portanto, exige que o historiador reconheça as condições técnicas e políticas que moldam a circulação de suas narrativas. Como destaca Noiret (2015) a emergência da *Web 2.0* deslocou o centro de gravidade da produção historiográfica, integrando a mediação comunicativa ao próprio processo de pesquisa histórica. Isso implica lidar com

---

<sup>16</sup> Malerba (2017) lembra que essa relação se tornou mais complexa com a consolidação da História Pública em um contexto de amplificação dos públicos, não apenas como audiências, mas também como gerador de história. Não por acaso o conceito de História Pública fixou-se nas potencialidades de ação profissional fora do meio acadêmico.



desafios como a efemeridade dos conteúdos, a opacidade dos algoritmos e a tensão entre visibilidade e rigor científico.

Bloch e Malerba não apresentam questionamentos radicalmente discrepantes, contudo, o tempo e o espaço condicionam as formas de responder e reposicionar tais indagações. Se, até o século XIX, a história não era concebida para o grande público, sendo o livro o principal elo entre o saber histórico e os leitores cultos, a virada linguística assinalada por Malerba trouxe à tona a necessidade de reconsiderar as possibilidades de atuação do historiador, sobretudo diante da crítica ao “essencialismo”, entendido como a história alheia às questões práticas do presente. Mais recentemente, esse movimento encontra desdobramento com imersão da História Pública no campo digital. Nesse horizonte, a mediação digital revela-se não apenas como recurso de difusão, mas como um verdadeiro regime de historicidade, em consonância com as reflexões de François Hartog (2013) acerca da pluralidade temporal que estrutura a experiência histórica.

Assim, evidencia-se um cenário em que a construção e a circulação do conhecimento histórico se ampliam, principalmente por meio dos discursos de memória, convocando os historiadores a repensarem continuamente sua relação com o público, seja ele especializado ou não. Esse processo, embora marcado por tensões, críticas e resistências, indica que o ofício do historiador permanece em constante transformação, reafirmando sua vitalidade diante das mutações culturais e tecnológicas que atravessam o presente.

## Conclusões

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu problematizar, ainda que brevemente, as implicações epistemológicas, metodológicas e éticas do ofício do historiador na era digital, confirmando a pertinência da questão norteadora: de que maneira o historiador pode exercer seu trabalho de forma crítica e ética em um cenário comunicacional marcado pela fragmentação, velocidade e desinformação. As análises desenvolvidas confirmam a hipótese inicial de que o historiador, para preservar a legitimidade científica e social de seu ofício, deve reposicionar-se frente às novas mediações digitais, articulando rigor metodológico e consciência ética.

A partir das reflexões propostas, tornou-se evidente que a passagem do analógico ao digital não se resume a uma mudança de suporte, mas implica uma reconfiguração profunda das práticas historiográficas, exigindo do profissional da história uma atenção renovada às

especificidades das fontes digitais, ao papel dos algoritmos na curadoria de conteúdos e à ampliação das disputas por sentido no espaço público.

Ao articular os referenciais de Bloch, Malerba, Chartier, Le Goff e outros autores contemporâneos, constatou-se que a História Pública, especialmente em sua vertente digital, impõe ao historiador o desafio de negociar significados com audiências plurais e ativas, sem abrir mão da crítica documental e do rigor analítico. Nesse sentido, o objetivo geral de analisar a atuação historiográfica diante das novas formas de mediação foi atingido, uma vez que se discutiu como a produção do conhecimento histórico, no ambiente digital, precisa dialogar com diferentes públicos, combatendo narrativas simplificadoras e anacrônicas e valorizando a pluralidade interpretativa. Como salientam Eric Brasil (2020) e Tiago Gil (2021), o domínio crítico das infraestruturas digitais e das ferramentas computacionais tornou-se parte inseparável do ofício do historiador contemporâneo, redefinindo as fronteiras entre pesquisa, preservação e divulgação do conhecimento histórico.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem inferir que a atuação do historiador contemporâneo exige não apenas o domínio das ferramentas críticas tradicionais, mas igualmente a capacidade de intervir em um ecossistema comunicacional marcado pela fluidez, pela disputa de legitimidades e pela constante exposição pública do conhecimento histórico. Nesse sentido, as conclusões aqui apresentadas reforçam a necessidade de uma revisão dos currículos de História nas instituições de ensino superior, de modo que a formação do historiador do futuro inclua, de forma explícita, competências voltadas à crítica de mídia digital, à análise de dados e à ética algorítmica. Tal inserção curricular é essencial para que o profissional da História possa responder aos desafios da era digital com rigor metodológico, consciência ética e sensibilidade social, superando o simples domínio das ferramentas críticas tradicionais. A História Digital, mais que um campo emergente, representa a reconfiguração contemporânea do próprio pacto epistemológico entre o historiador, suas fontes e o público.

Conclui-se, portanto, sem a pretensão de encerrar o debate, que o fortalecimento da História enquanto campo científico na era digital depende de um reposicionamento consciente do historiador: aquele que reconhece a historicidade como processo coletivo, compreende a mediação como responsabilidade ética e assume, no diálogo com o público não especializado, uma oportunidade privilegiada de ampliar o alcance e a relevância social de sua prática. Além disso, este estudo aponta caminhos promissores para pesquisas futuras, como a realização de investigações empíricas sobre a formação de “bolhas historiográficas” em nichos digitais

específicos, bem como análises acerca do impacto de diferentes formatos comunicacionais como vídeos, podcasts e threads na assimilação e circulação do conhecimento histórico. Tais agendas de pesquisa podem contribuir para compreender mais profundamente como a mediação digital influencia as formas de recepção, produção e legitimidade do saber histórico na contemporaneidade.

## Referências

- ASSMANN, Aleida. **Cultural Memory and Western Civilization: Functions, Media, Archives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo F. História digital: Reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 33, nº 69, p. 196-219, Janeiro-Abril 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/XNJJWhFFzPKdkhF6cyj5BJv/>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FRISCH, Michael. **A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History**. Albany: SUNY Press, 1990.
- GIL, Tiago. Humanidades Digitais e Pesquisa Histórica: desafios epistemológicos e infraestruturais. **História Hoje**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 15–38, 2021. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/647>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HERMES, Joke. Citizenship in the age of the Internet. **European Journal of Communication**, v. 21, n. 3, p. 295–309, 2006. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1022918.pdf>. Acesso em 05 nov. 2025.

- JOUTARD, Philippe. **História Pública: memórias, patrimônios e narrativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In.: LE GOFF, Jaques (org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes Editora; 1990; p. 216-240.
- LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, 37 (74), 2017. 135-154. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169924>. Acesso em: 05 nov. 2025.
- NOIRET, Serge. Digital Public History: Bringing the Public Back In. **Public History Weekly**, v. 3, n. 13, 2015. Disponível em: <https://public-history-weekly.degruyter.com/3-2015-13/digital-public-history-bringing-the-public-back-in/>. Acesso em: 05 nov. 2025.
- NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, São Paulo: PUC-SP, 1993.
- PARISER, Eli. **The filter bubble: what the Internet is hiding from you**. New York: Penguin Press, 2011.
- RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROSENZWEIG, Roy. “Scarcity or Abundance? Preserving the Past in a Digital Era.” **The American Historical Review**, v. 108, n. 3, p. 735-762, jun. 2003. Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article-abstract/108/3/735/22504?> Acesso em 05 nov. 2025.
- ROSENZWEIG, Roy. “Can History Be Open Source? Wikipedia and the Future of the Past.” **The Journal of American History**, v. 93, n. 1, p. 117-146, jun. 2006.
- SEBASTIÃO, S., PACHECO, A., SANTOS, M. **Cidadania Digital e Participação Política: o caso das petições online e do orçamento participativo**. Universidade Técnica de Lisboa: Portugal, 2012.
- SUNSTEIN, Cass R. **#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

---

Recebido em: 29 de agosto de 2025  
Aceito em: 14 de novembro de 2025

---